

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA".

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 34,979,18

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

A presente licitação será processada e julgada exclusivamente através do sítio eletrônico:

<http://www.comprasnet.gov.br>.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMUNICADO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal n.º 3282, de 10 de outubro de 2001,

CONSIDERANDO:

1. Período transcorrido de 90 dias de licença do cargo do conselheiro, conforme previsto no artigo 37, inciso I da Lei Municipal n.º 3.282/2001, protocolada pelo Conselheiro Tutelar Sr. **RODRIGO GASTALHO MOREIRA** do Conselho Tutelar 02 - Zona Sul;

2. A apresentação por ofício n.º 367/17 – CT 02 – Zona Sul, que informa o retorno do referido conselheiro na data de 01 de setembro de 2017.

COMUNICA:

O retorno de **RODRIGO GASTALHO MOREIRA** à função de conselheiro no Conselho Tutelar 02 - Zona Sul, a partir de 01 de setembro de 2017.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2017.

Deise Gravina

Presidente em exercício do CMDCA-Rio

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMUNICADO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal n.º 3282, de 10 de outubro de 2001.

CONSIDERANDO:

A decisão do processo judicial 0310547-96.2015.8.19.0001- sentença do Cristiano Gonçalves Paes Leme e o parecer da Procuradoria Geral do Município no processo 08/002526/2017 - folhas 6 e 7, que informa não há mais óbice em que o CMDCA ultime as providências no sentido de seguir com os trâmites para o afastamento do conselheiro, declaração de vacância do cargo e convocação de suplente nos termos da lei e regulamentação pertinente.

O afastamento do conselheiro Tutelar Sr. Sérgio Luiz Correa e a convocação do conselheiro suplente Sr. Woney Lopes para assumir a função de Conselheiro no Conselho Tutelar 02 - Zona Sul.

O não comparecimento à convocação no prazo do conselheiro suplente Woney Lopes, conforme Deliberação N.º 596/06 – AS/CMDCA - REGIMENTO INTERNO CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO - capítulo IX, Art. 47.

COMUNICA:

A convocação do segundo suplente, Sr. **GILMAR DOS SANTOS SILVA** para assumir a função de Conselheiro Tutelar do Conselho Tutelar 02 – Zona Sul

Conforme Deliberação N.º 596/06 – AS/CMDCA - REGIMENTO INTERNO CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO - capítulo IX, Art. 47 – Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência no prazo de cinco (05) dias úteis do recebimento da convocação, por escrito, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que providenciará a convocação do suplente subsequente.

Parágrafo único – O suplente que não assumir o mandato no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da convocação, nem justificar sua possibilidade de assunção, perderá o direito à suplência, sendo convocado o suplente subsequente.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2017.

Deise Gravina

Presidente do CMDCA-Rio

SECRETARIA DE CULTURA

COMUNICADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA APRESENTA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL PARA CELEBRAR OS 450 ANOS DA ILHA DO GOVERNADOR

A histórica e charmosa Ilha do Governador comemora, amanhã, 05 de setembro, 450 anos de fundação. Mas a celebração já começa hoje, 04, com eventos especiais realizados pela Secretaria Municipal de Cultura. A festa tem início na Areninha Carioca Renato Russo, que promove até sábado,

dia 9, apresentações teatrais e de dança com a participação de moradores da região. O espaço realiza também exposições de arte, um baile de dança de salão e show da banda "Inspiração Urbana", com um tributo à Legião Urbana de Renato Russo, saudosos e ilustre ex-morador da região. A programação conta com atividades gratuitas e a preços populares.

A Biblioteca Municipal Euclides da Cunha também preparou uma homenagem por meio do lançamento do livro "Capítulos da História da Ilha do Governador", da historiadora Judite Paiva, dia 05, às 18h. Judite é mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e já publicou outras obras sobre a região, entre elas a dissertação de mestrado Uma Vasta Caieira: um estudo sobre os fabricantes de cal da freguesia da Ilha do Governador (1861-1900), que lhe rendeu o Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos de 2015, concedido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Encerrando as comemorações, também no dia 05, a partir das 19h, o Aterro do Cocotá vai receber uma festa com shows do grupo Chegando de Surpresa, formada por garis da Comlurb, DJ Tralha e o cantor Buchecha. A programação contará ainda com desfile cívico e apresentação da Banda da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

A Areninha Carioca Renato Russo fica na Parque Manuel Bandeira, s/nº – Ilha do Governador. E a Biblioteca Popular da Ilha do Governador fica na Praça Danaides s/nº - Cocotá.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

ATA

Aos vinte e seis dias de julho de dois mil e dezessete, às 10h e 50min, iniciou-se no Centro Municipal de Artes Calouste Gulbenkian, da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura – CMC – com as presenças do Vice-Presidente Teófilo de Lima, dos conselheiros titulares e suplentes da Sociedade Civil e do Poder Público e dos ouvintes presentes. A condução da reunião foi feita pelo Vice-Presidente. Deu-se início à reunião com a indagação pelo Vice-Presidente se havia algum informe a ser passado pelos presentes. O conselheiro Eduardo Nascimento então iniciou seu informe lembrando mais uma vez a todos que a cidade do Rio de Janeiro aderiu ao Sistema Nacional de Cultura no dia 16/06/2017 e com ele uma série de contrapartidas a serem feitas em função desse convênio firmado com o Minc nos próximos 2 anos. Dentre elas, apresentar uma proposta de lei do sistema carioca, uma proposta de lei do fundo municipal, uma proposta de lei do plano municipal de cultura e ainda a questão das conferências. Disse ser importante a participação do Conselho em todo esse processo e que já existe um encaminhamento de propostas de minutos. Outro informe dado foi o convite, na próxima sexta-feira, dia 28/07/2017, para participação de reunião do grupo de trabalho que trata propostas de criação de uma lei de investimento na cultura como política de Estado. Além disso, o conselheiro Eduardo informou que, conforme anunciado pela Secretária Nilcemar Nogueira no lançamento do Concurso do Prêmio Mais Diversidade, será realizado um circuito de apresentação e capacitação para os interessados nesse concurso em vários locais do Rio, tanto do ponto de vista de informação e incentivo à atuação cultural quanto as explicações de como participar do concurso. Seu último informe foi a respeito do resultado da seleção dos projetos na área do ISS que dentre os 1441 projetos apresentados foram aprovados/ressalvados 1237 projetos e reprovados 203 projetos, cabendo ainda o prazo legal para análise dos recursos interpostos até o anúncio do resultado final. Informou ainda sobre o lançamento em agosto do Edital das empresas patrocinadoras do ISS, conforme previsto em lei. A conselheira Carla Pinheiro aproveitou e em seguida perguntou ao conselheiro Eduardo sobre a notícia veiculada do veto do Prefeito Crivella dos 203 projetos. O conselheiro Eduardo respondeu que, na era das narrativas e pós verdades em que vivemos, a matéria cometeu um erro. Porque no ISS não existe reprovação dos projetos. Destacou que o projeto tem que estar apto ou não para captar recursos e que existe um período de 5 dias para apresentar as justificativas necessárias para enquadrar o projeto aprovado dentro das regras estabelecidas em lei para poder estar apto a captar recursos. Segundo o conselheiro, uma das regras estabelecidas, regras essas pactuadas junto à sociedade civil, foi a de que as contrapartidas socioculturais deixaram de ser opcionais e passaram a ser obrigatórias, tanto do ponto de vista da acessibilidade da pessoa com deficiência quanto do ponto de vista ambiental. Frisou que não houve veto dos projetos e sim o não enquadramento dos mesmos nas regras definidas em lei, tendo sido concedido a todos esses projetos o período para se ajustarem e se enquadrarem nos moldes requisitados. O conselheiro Cláudio Prado iniciou sua fala informando a todos da importância daquele dia por ser o Dia Nacional do Arqueólogo. Destacou que o Rio de Janeiro foi o primeiro município a criar o Dia do Arqueólogo. Disse que o universo arqueológico pode ser descoberto em qualquer obra a ser realizada, pela possibilidade de indicar uma parcela remanescente da história da cidade. Quis ressaltar que muitas das obras realizadas não estão sendo acompanhadas por arqueólogos, desobedecendo o Decreto criado pelo Prefeito Cesar Maia. A conselheira Ana Riehl em seguida deu seu informe dando ciência a todos sobre o seu afastamento da câmara técnica das conferências, em função de sua participação em outro projeto que a impossibilita ajustar seu horário. Pediu a entrada de outros conselheiros nessa câmara técnica, dada a sua deficiência e pela sua urgência,

ressaltando o grande volume de trabalho a ser feito e em pouco tempo. Nesse passo, o Vice-Presidente corroborou com o pensamento da conselheira Ana, salientando fora a urgência, a necessidade de se fazer esse trabalho, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro entrou no Sistema Nacional de Cultura e com ela a necessidade do cumprimento das metas num prazo de 2 anos. Continuando a reunião, a conselheira Suelyemma Franco comentou sobre o anúncio do Plano Estratégico da Prefeitura até 2020 e disse achar interessante um olhar do Conselho já que nele também anuncia as metas pertinentes à área da Cultura, tendo o Conselho a chance de auxiliar nessas questões. O Vice-Presidente disse então que cada cidadão deve se posicionar em relação aos pontos referentes à cultura no Plano Estratégico. O conselheiro Marco Aurélio Marcondes tomou a palavra e disse que, na audiência em que ele participou da mesa no dia anterior, o ponto mais discutido foi a de que a Cultura não estaria contemplada. Disse que no caso específico da Rio Filme, seus apontamentos foram esses: o polo de cinema, a questão relativa às escolas e a sugestão para inserção de música, teatro, audiovisual nas mesmas. Declarou que na cabeça do planejamento da Prefeitura existe a nomeação a todas as áreas da Cultura. Na opinião do conselheiro, o eixo da Cultura tem vários desdobramentos e disse considerar o plano da Prefeitura ousado, mas não ambicioso. Comentou que a proposta do projeto pauta em cima da inovação e geração de renda e emprego, sendo centrada ainda na área de turismo. Falou que o grande problema para ele é identificar o quanto se é destinado pelo Tesouro Municipal à atividade cultural. Sugeriu que valeria a pena cada um dos conselheiros ler com atenção o Plano Estratégico da Prefeitura numa próxima reunião e salientou que no caso da Cultura as diretrizes são genéricas ao contrário da Rio Filme que tem diretrizes específicas. A questão fundamental, segundo o conselheiro, é como o investimento na Cultura conseguirá mudar de patamar nos próximos anos. Em complemento ao discurso do conselheiro Marcondes, a conselheira Suelyemma informou que já existe uma discussão sobre essa pauta na Comissão de Cultura da Câmara, e que a Cultura vem sofrendo retração no aporte de recursos do Tesouro, em termos percentuais, nos últimos anos. Em relação ao Plano Estratégico da Prefeitura, apresentado pela Aspásia Camargo, a conselheira afirmou que a própria Aspásia (atual Subsecretária de Planejamento e Gestão da Cidade do Rio de Janeiro) disse, no anúncio feito no Arquivo Geral da Cidade, que entendia que a Cultura mereceria um aporte maior, mas que infelizmente o valor ainda estava muito acanhado. Segundo a conselheira, Aspásia ainda disse que o atingimento das metas dependeria de uma série de aspectos, dentre eles o contexto econômico pelo qual estamos passando, que é atualmente de retração. Outro ponto abordado pela conselheira Suelyemma foi de que o Plano Estratégico foi elaborado com afino por servidores das diversas Pastas da Prefeitura, estando o mesmo aberto para participação até o final de agosto, momento este em que a Câmara tem de receber o PPA. Disse ainda que é uma preocupação da presente gestão de que o Plano de Metas do Município esteja acoplado ao PPA de forma que possibilite sua exequibilidade, do ponto de vista orçamentário. Houve um questionamento pelos conselheiros, após a menção da quantidade de assuntos a serem discutidos na pauta daquela reunião, em relação ao horário reduzido das reuniões do Conselho atualmente. Argumentaram a necessidade de um horário maior para viabilizar a discussão de todos os assuntos, como era antigamente. Ficou decidido então que as reuniões na parte da manhã serão das 09:00 até 12:00 e na parte da tarde de 17:00 às 20:00. A reunião prosseguiu e a conselheira Carla Pinheiro tomou a palavra retomando o assunto do Plano Estratégico da Cultura, alegando que mais uma vez o Conselho foi excluído de participação. Ao passo que o conselheiro Eduardo respondeu que isso não procede. Informou que na primeira reunião de retomada do Conselho, a Secretária Nilcemar esteve presente junto da Rafaela Bastos, técnica da Secretaria de Cultura, e apresentou a proposta do Plano Estratégico da Cultura ao Conselho. Afirmou que, além da apresentação do Plano ao Conselho, houve também a abertura para contribuição do Conselho. Salientou ainda que houve diferenças do que foi apresentado para o que está realmente no Plano Estratégico e ainda reiterou que o Plano Estratégico Geral da Prefeitura está também aberto ao Conselho. Segundo a pauta da reunião, o Vice-Presidente abordou sobre as câmaras técnicas e necessidade de pronto da nomeação do Presidente e das Secretarias. O conselheiro Eduardo afirmou que uma proposta sempre defendida e que se efetivou foi a adesão do Rio ao Sistema Nacional de Cultura, com as propostas a serem aprovadas no prazo de 2 anos, com o Conselho dando cumprimento da agenda em relação a essas questões. Lembrou a sugestão feita a todos os conselheiros para leitura dos cinco itens e os respectivos temas propostos para as câmaras técnicas para consenso ou não do Conselho. Salientou que, do ponto de vista institucional, vem sendo elaborado propostas de minutos do Plano e do Fundo, cabendo ao Conselho participar ativamente para que essas ações continuem caminhando. O Vice-Presidente destacou que essas ações têm correlação com o legado das conferências passadas, cabendo ajustar a metodologia de participação do Conselho nessas discussões e a necessidade de definição das datas das pré-conferências. A conselheira Rosane Campello, em referência à metodologia de participação do Conselho a partir da leitura que estava sendo feita, disse que estranhou o tamanho da pauta da reunião, por ser impossível dar conta de tudo em menos de 2 horas disponibilizadas para discussão, a não ser com uma abordagem bem superficial. Essa questão sobre a metodologia, segundo a conselheira, é o marco inicial do trabalho do Conselho, ou seja, de como será feito. O conselheiro Eduardo replicou dizendo que a questão é mais simples, não havendo necessidade de se discutir todos os itens. Para o conselheiro, a proposta é a criação de 5 câmaras

técnicas e sua concordância pelo Conselho, cuja ideia principal é de não se fazer essas discussões em plenário, mas sim com um grupo menor se reunindo, trabalhando as propostas e trazendo essas discussões para o coletivo. Em seguida, a conselheira Ana Riehl questionou a ordem da pauta. Argumentou que a reunião deveria seguir conforme pontuado na pauta, com a aprovação da Ata anterior seguido pelos tópicos seguintes, por fazer mais sentido cronologicamente, uma vez que encerraria a reunião anterior para dar prosseguimento na nova. Desta forma foi feito, com as considerações da conselheira Ana Riehl e também da conselheira Suelyemma devidamente registradas e a reunião deu prosseguimento. O conselheiro Eduardo destacou o conjunto proposto das 5 câmaras técnicas a serem discutidas para aprovação do Conselho: 1. As conferências municipais; 2. O marco regulatório; 3. A economia da cultura; 4. Acessibilidade e 5. Formação artística. O conselheiro declarou que, segundo o Estatuto do Conselho, a figura da câmara técnica é um grupo de trabalho onde podem integrar pessoas de fora do Conselho e que possui um prazo limitado de 3 a 4 meses para apresentação de algum resultado. O conselheiro Marcondes perguntou quantas reuniões do Conselho serão necessárias considerando a necessidade de entrega, ao final, de um produto. Foi respondido que dependerá do andamento e da demanda de cada trabalho e que para tanto, foi disponibilizado uma sala específica para o Conselho na Secretaria de Cultura para servir de base para essas finalidades. O conselheiro Eduardo prosseguiu com a leitura da Ata, abordando a proposta das câmaras técnicas, sendo a primeira referente às conferências, que atualmente é composta pelos seguintes conselheiros: Carlos André, Carla Pinheiro, Ana Riehl, Isabel Gomide e Olíneo Gomes. A segunda proposta aprovada foi a do marco regulatório, ou seja, para discutir o regramento da ação cultural nos próximos anos. A terceira proposta (Economia da Cultura) e a quarta proposta (Acessibilidade) também foram aprovadas. Foi esclarecido que essa proposta de acessibilidade não visa somente pessoas com deficiência, visa também uma política de democratização de acesso à cultura, políticas inclusivas e ações afirmativas nos territórios. O conselheiro Rodrigo de Bonis fez alguns questionamentos em relação ao funcionamento dessas câmaras técnicas: quantas pessoas as comporão, qual produto a ser entregue e se isso está vinculado à realização da conferência através da preparação de um material para ser discutido na conferência. O conselheiro pediu objetividade na definição dessas questões. Ponderou que, se não houver a participação efetiva da Secretaria nessas câmaras técnicas, não haverá razão para atuação do Conselho. O conselheiro Eduardo respondeu que o objetivo é cuidar do pacote de conferências municipal, que consiste no legado passado, na preparação de todo o processo e na ajuda da organização do que vem pela frente, em virtude da demanda já existente derivada da adesão do Rio ao Sistema Nacional de Cultura, que é o Plano Municipal de Cultura, plano este a ser apresentado sob uma proposta de lei. Logo, o ideal, segundo o conselheiro, é que esse trabalho envolva a participação de todos. O segundo que é o marco regulatório, que consiste na discussão e estudo de todo o regramento da Cultura como política de Estado, para posterior efetivação e aprovação dessas leis. A conselheira Rosane aproveitou para dizer que nesse dado momento também será discutido a minuta das gestões do Conselho. O conselheiro Rodrigo disse que o Conselho tem a obrigatoriedade de participar de todas as câmaras técnicas, porém ressaltou que sua existência depende de uma participação efetiva e prática da Secretaria, com mecanismos reais para que as coisas realmente aconteçam. Nesta seara, a conselheira Rosane quis reforçar que o Conselho está primando toda essa discussão em prol de uma boa conferência tendo em vista a expectativa para sua realização. O conselheiro tomou a palavra para dizer que é factível a área de planejamento da Secretaria criar no mínimo um guia de trabalho e que determinasse o produto final com mais clareza. Em seguida, o conselheiro Eduardo, por sua vez, sugeriu que o Conselho ficasse somente com as duas primeiras câmaras técnicas: conferências e marco regulatório. Neste momento, a conselheira Vera Lúcia Mangas, em complemento à fala do Eduardo, comentou que, ao se criar duas câmaras técnicas, as quais já vão tratar tanto das conferências (que envolvem os temas importantes a serem discutidos) e o marco regulatório, ambas ações podem ser consideradas como um trabalho muito grandioso. Já o conselheiro Rodrigo defende o prosseguimento da agenda da Secretaria por considerar vital a proposta da acessibilidade. Frisou que a questão é se adaptar ao novo formato idealizado com as câmaras técnicas. O conselheiro Eduardo voltou a enfatizar para que o Conselho se restrinja a 2 temas: conferências e marco regulatório, uma vez que já estão em andamento. Que no caso das conferências seja feito a inclusão de novos membros. No caso do marco regulatório, informou que já estão sendo feitas reuniões com o grupo de trabalho e salientou a participação do Conselho nesse GT para que esse trabalho continue. O conselheiro Carlos André, após, iniciou sua fala falando da necessidade de planejamento dos objetivos de cada câmara técnica e as mudanças a serem feitas para cada um realizar bem o seu trabalho. Restou decidido, finalmente, com o consenso do Conselho, em restringir a apenas duas câmaras técnicas: conferências e marco regulatório. O grupo elencado para as conferências foram: Carla Pinheiro, Isabel Gomide, Olíneo Gomes, Carlos André, Fabiana Cândido e Rosane Campello. Já o grupo formado do marco regulatório ficou: Vera Mangas, Marco Aurélio Marcondes, Rodrigo de Bonis, Carlos André e a convidada Denise Acquarone. Em seguida, o conselheiro Carlos André propôs que os conselheiros analisassem o que será preciso de infraestrutura de material para o início dos trabalhos nas câmaras técnicas. A reunião prosseguiu com a pauta sobre assuntos gerais. O conselheiro Rodrigo disse primeiramente que, embora não se tenha a câmara técnica para acessibilidade, essa

discussão é bem grande. Salientou a importância desses encontros com a Secretaria e dos seminários. Em segundo lugar, fez um pedido no sentido de que a Secretaria faça um levantamento de dados, em termo de números e estatísticas, sobre a acessibilidade da cultura na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que não há um mapeamento do que aconteceu e do que acontece na cidade referente à acessibilidade da cultura. O conselheiro Eduardo informou que já está acertada a realização de uma reunião, faltando apenas a definição de uma data para se discutir esse pacote de ações sobre o acesso para pessoas com deficiência. Disse ainda, no quesito do levantamento de dados, que seja feita uma agenda conjunta com alguns setores da Subsecretaria de Cultura para se obter esses dados. A conselheira Carla a seguir quis registrar que, no início do ano, houve a solicitação dos GTs sobre as cadeias produtivas do Carnaval. De acordo com a conselheira, algumas solicitações feitas na época não tiveram resposta até hoje. Uma das solicitações que está sendo cobrada e considerada por ela de suma importância são as duas cadeiras na RioTur, uma vez que a mesma possui cadeira no Conselho e não comparece às reuniões ao passo que eles, do segmento da Cultura de Blocos de Carnaval, não possuem cadeira alguma na RioTur. Outra solicitação foi referente aos contratos fechados com a Prefeitura/RioTur nos últimos 3 anos e que também não obtiveram resposta. afirmou que, mesmo com outras demandas e com a chegada do Carnaval, não se consegue obter contato algum com a RioTur e ressaltou que os blocos precisam estar inteirados nessa discussão para fins de entendimento do que a nova gestão está preparando para o Carnaval de rua no ano que vem. O conselheiro Eduardo sugeriu à conselheira Carla que ela encaminhe um Ofício à Presidência da RioTur dizendo que a representação deles não está se fazendo presente nas reuniões do Conselho, exigindo ou a sua participação ou a sua substituição. Em relação às cadeiras, sugeriu apurar antes o regramento e o funcionamento da política da RioTur, bem como propor uma interface entre os dois Conselhos para o levantamento de todas essas informações. Em suas considerações, a conselheira Rosane abordou 2 questões. A primeira questão trata da solicitação feita na época da realização do Seminário de Linguagens na Câmara quanto à publicação de seu material. A conselheira quis dar o retorno à Secretaria informando que esse material já está pronto para ser entregue e devidamente publicado. A outra questão citada pela conselheira foi de que o Conselho faça das reuniões, a partir de agora, os encaminhamentos pautados em Ata e que as ações do Conselho precisem estar integradas com a Secretaria de Cultura. Relatou que ela toda vez que a Secretaria se reúne ela procura participar para poder representar a sua cadeira, que é a dança. Disse ainda que cada vez que for trazido ao Conselho o diálogo referente aos anseios de cada cadeira o resultado será bem mais produtivo. Destacou a necessidade, a partir de agora, de se ter uma pauta que os conselheiros possam dar conta, com as discussões acertadas, que os GTs comecem a trabalhar para que, na próxima reunião as respostas já cheguem prontas e de forma concreta. Voltou a cobrar que seja dada uma resposta oficial da Pasta aos fomentados de 2016, já que ela é constantemente cobrada pelas pessoas que trabalham com dança em relação a isso. O conselheiro Eduardo rebateu dizendo que a resposta aos fomentados foi citada pelo Subsecretário de Gestão, Carlos Correa, em sua participação em reunião pré-terita do Conselho, registrando em Ata que esse comunicado oficial será dado. Em sua manifestação, o conselheiro José Marconi relatou estar bastante frustrado nas reuniões, pois alega que a Cultura está sendo bombardeada por todos os lados. Citou ainda que o Prefeito retirou 70% dos recursos destinados à conservação da cidade e que esse feito afetará diretamente a Cultura. Disse ainda não acreditar que a Cultura consiga algo a nível federal, estadual ou municipal, visto que já se tentou acabar com o Ministério da Cultura, que é dentro da Cultura que estão os pensadores, os formadores de opinião. afirmou que os opositores farão de tudo para criar o maior problema e pediu que todos devam estar bem atentos a isso, à medida que considera ser essa questão um problema nacional. Na sua opinião, o governo atual fará de tudo para sugar, segurar e cortar verbas para o setor da Cultura. A conselheira Suelyemma sugeriu o encaminhamento da reflexão do conselheiro Marconi ao GT do marco regulatório. Ao final da reunião, o conselheiro Eduardo, em rebate à fala do conselheiro Marconi, aproveitou para passar um informe importante de que existe um projeto de lei, como política de Estado, para criação de um fundo para a área de conservação do patrimônio das cidades, correndo já na Câmara desde a gestão passada. Salientou que a cidade vive hoje, na verdade, uma retração econômica em todas as áreas. O Vice-Presidente então finalizou a reunião confirmando os nomes das pessoas inscritas nas conferências (Carlos André, Rosane Campello, Fabiana Cândido, Olíneo Gomes, Isabel Gomide e Lillian Rabello) e no marco regulatório (Vera Mangas, Rodrigo de Bonis, Denise Acquarone como convidada, Carla Pinheiro, Marco Aurélio Marcondes e Carlos André). Nada mais havendo a tratar, às 12h e 30 min, o Vice-Presidente deu por encerrada a reunião e, como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Cultura, lavrou esta ata, que será assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

- Eduardo Nascimento
- Krisna Leone Mendes Valentim dos Santos
- Ana Carla Bardaró
- Suelyemma Franco
- Marco Aurelio Marcondes
- Vera Lucia Mangas da Silva
- Rosane Laudano Campello Wanderley
- Carlos André Nascimento
- Teófilo Pereira de Lima

- Fabiana Cândido da Silva
- Rodrigo de Bonis
- Ana Karenina Riehl
- Cláudio Prado de Mello
- José Marconi Marques de Andrade
- Carla Pinheiro Wendling

PROCURADORIA GERAL

ESTÁGIO FORENSE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N.º 019/2017

Processo Instrutivo nº: 11/520.000/2015

Termo Aditivo nº: 218/2017

Data da Assinatura: 12/07/2017

Partes: Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro e **RAYLANNE FARIAS DA SILVA**.

Instituição Interviente: **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ**

Objeto: Estágio Forense com atividades programadas desenvolvidas pelo estagiário junto à Procuradoria Geral do Município e às Justiças nas quais atue, com carga de 05 (cinco) horas diárias, em todos os dias de expediente do local do estágio, auxiliando o Procurador a que estiver vinculado e dele recebendo instruções e ensinamentos práticos pertinentes.

Prazo: 06 (seis) meses a contar de 01/08/2017.

Valor Bolsa-auxílio: R\$ 7.639,20

Valor auxílio-transporte: R\$ 1.003,20

Programa de Trabalho: 22.02.02.0610389.2155

Natureza da Despesa: 3.3.90.36.07

Nota de Empenho: 2017/000103

Fundamento: Art. 25, da Lei n. 8.666/93.

ESTÁGIO FORENSE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N.º 020/2017

Processo Instrutivo nº: 11/520.000/2015

Termo Aditivo nº: 219/2017

Data da Assinatura: 12/07/2017

Partes: Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro e **ROMULO MATHEUS FERREIRA VIEIRA**.

Instituição Interviente: **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ**

Objeto: Estágio Forense com atividades programadas desenvolvidas pelo estagiário junto à Procuradoria Geral do Município e às Justiças nas quais atue, com carga de 05 (cinco) horas diárias, em todos os dias de expediente do local do estágio, auxiliando o Procurador a que estiver vinculado e dele recebendo instruções e ensinamentos práticos pertinentes.

Prazo: 06 (seis) meses a contar de 01/08/2017.

Valor Bolsa-auxílio: R\$ 7.639,20

Valor auxílio-transporte: R\$ 1.003,20

Programa de Trabalho: 22.02.02.0610389.2155

Natureza da Despesa: 3.3.90.36.07

Nota de Empenho: 2017/000103

Fundamento: Art. 25, da Lei n. 8.666/93.

ESTÁGIO FORENSE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N.º 034/2017

Processo Instrutivo nº: 11/520.000/2015

Termo Aditivo nº: 233/2017

Data da Assinatura: 12/07/2017

Partes: Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro e **RODRIGO ALEXANDRE DOS SANTOS**.

Instituição Interviente: **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ**

Objeto: Estágio Forense com atividades programadas desenvolvidas pelo estagiário junto à Procuradoria Geral do Município e às Justiças nas quais atue, com carga de 05 (cinco) horas diárias, em todos os dias de expediente do local do estágio, auxiliando o Procurador a que estiver vinculado e dele recebendo instruções e ensinamentos práticos pertinentes.

Prazo: 06 (seis) meses a contar de 17/08/2017.

Valor Bolsa-auxílio: R\$ 7.639,20

Valor auxílio-transporte: R\$ 1.003,20

Programa de Trabalho: 22.02.02.0610389.2155

Natureza da Despesa: 3.3.90.36.07

Nota de Empenho: 2017/000103

Fundamento: Art. 25, da Lei n. 8.666/93.

ESTÁGIO FORENSE EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO N.º 047/2017

Processo Instrutivo nº: 11/502.108/2015

Termo Aditivo nº: 234/2017

Data da Assinatura: 14/08/2017

Partes: Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro e **GUILHERME ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS**.